

## GABINETE DO VEREADOR ANDRÉ LUIZ

### PROJETO DE LEI Nº. 142 /2020

**ESTABELECE a obrigatoriedade para que Farmácias e Drogarias aceitem a cópia da receita médica para compra de remédio e dá outras providências.**

**Art. 1º** Durante a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Manaus, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo Covid-19 (novo coronavírus), as farmácias e drogarias estão obrigadas a aceitar cópia da receita médica de medicamento controlado, quando a cópia foi feita a partir da original acessada através de quaisquer meios eletrônicos, do tipo correio eletrônico (*e-mail*), aplicativos de mensagem instantânea (*WhatsApp*), entre outros.

**Parágrafo único.** A cópia prevista no *caput* deverá ser da receita original contendo os seguintes requisitos:

I - identificação do emitente: campo impresso contendo o nome completo do emitente, a especialidade médica e o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;

II - identificação do usuário: nome e endereço completo do paciente, nome do medicamento ou da substância (sob a forma de Denominação Comum Brasileira – DCB), dosagem ou concentração, forma farmacêutica, quantidade (em algarismos arábico e por extenso) e posologia;

III - data da emissão: o dia em que a receita foi fornecida;

IV - assinatura do profissional: o profissional médico deve assinar (o carimbo é dispensado quando os dados do profissional estiverem impressos na receita);

V - endereço: endereço completo do médico, com telefone para contato.

**Art. 2º** No verso da cópia da receita do médico deverá constar Declaração de Verdade nas Informações Prestadas, com a identificação do nome, número da identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, endereço completo do domicílio e telefone do comprador do remédio controlado.

**Art. 3º** O descumprimento ao disposto na presente Lei ensejará a aplicação das seguintes sanções, sucessiva e cumulativamente:

I - advertência;

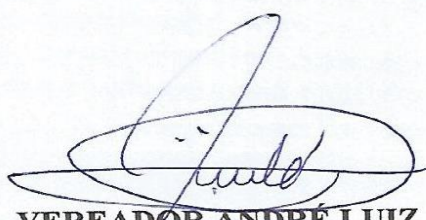
## GABINETE DO VEREADOR ANDRÉ LUIZ

II - multa no valor de mil vezes o valor do medicamento controlado que consta na cópia da receita médica original, quando não constantes os requisitos conforme parágrafo único do art. 1º desta Lei, revertidos os valores para o Fundo Manaus Solidária (FMS).

**Art. 4º** Esta Lei poderá ser regulamentada em caráter emergencial pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, 12 de maio de 2020.



**VEREADOR ANDRÉ LUIZ**  
**PL**

## **GABINETE DO VEREADOR ANDRÉ LUIZ**

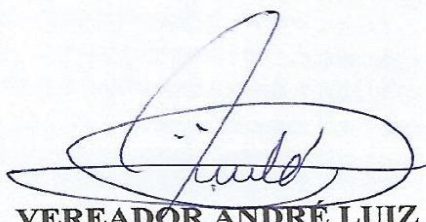
### **JUSTIFICATIVA**

A idéia de elaboração deste Projeto de Lei, inicialmente surgiu a partir das demandas que chegam a Comissão de Defesa do Consumidor desta Augusta Casa Legislativa, que neste caso particular tem a finalidade de regulamentar a compra de medicação prescrita sob recomendação médica diante da presente situação de isolamento social e desdobramentos do COVID-19, mais conhecido por coronavírus, em virtude da redução de circulação de pessoas nas ruas como estratégia de combate à pandemia.

Considerando o momento de isolar-se e de evitar sair às ruas senão em caráter obrigatório, o presente projeto visa garantir que as pessoas que estão sob cuidados médicos e, dessa forma, necessitam de medicação prescrita controlada, possam garantir a compra de seus medicamentos sem demasiada burocracia como se a situação de nossa cidade normal estivesse. É mister avaliar que boa parte das pessoas que dependem de remédios controlados são as que estão em faixas de riscos delimitadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a saber; idosos, diabéticos, hipertensos, entre outros. Por isso, será freqüente a ida à farmácia por terceiros, que, encarregados de adquirir tais medicamentos, munidos juntamente com a cópia do receituário médico que foi enviado por E-mail ou WhatsApp, deverão conseguir sem dificuldade o remédio de que necessita a pessoa que lhes requisitar. Não obstante, cabe ressaltar que a medida não visa um afrouxamento das medidas de segurança em relação à compra de medicação, pois ainda serão necessárias as informações de identidade do comprador e a receita médica em via de cópia, mas, por fim, visa apenas ajustar as demandas necessidade de uma nova rotina que nos foi imposta por precaução.

Desta forma, neste contexto, surge a presente propositura, com o fito de obrigar que as farmácias e drogarias tenham amparo legal para vender remédio controlado dispensando a burocracia para agilizar a venda ao paciente necessitado do remédio prescrito pelo médico. E, é por isso que solicito o apoio dos Nobres Pares desta Casa de Leis para a aprovação, no devido regime de urgência em razão do atestado de Emergência na Cidade, do presente Projeto de Lei, por acreditar que se implantado irá melhorar o bem estar da população.

Plenário Adriano Jorge, 12 de maio de 2020.



**VEREADOR ANDRÉ LUIZ**  
**PL**